

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

NOTAS ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS SOCIAIS

ÉRICA APARECIDA DOS SANTOS FRANCISCO¹

RESUMO

Este artigo aborda, por meio de uma revisão teórica, a produção do espaço na sociedade capitalista e sua relação com os direitos socialmente conquistados, dando ênfase na particularidade brasileira. Conclui-se que a produção do espaço é um elemento constitutivo das relações sociais, e, que se faz necessário a organização política da classe trabalhadora para avançar na pauta dos direitos sociais.

Palavras-chave: produção do espaço; sociabilidade capitalista; direitos sociais.

ABSTRACT

This article addresses, through a theoretical review, the production of space in capitalist society and its relationship with socially conquered rights, emphasizing the Brazilian particularity. It concludes that the production of space is a constitutive element of social relations and that the political organization of the working class is necessary to advance the social rights agenda.

Keyword: production space; capitalist sociability; social rights.

INTRODUÇÃO

Parte-se da compreensão de que ao discutirmos o acesso aos direitos sociais na sociedade capitalista, torna-se essencial nos debruçarmos na categoria espaço enquanto elemento constitutivo e fundamental das relações sociais. Para tanto, devemos compreender que esses direitos são frutos de constantes embates políticos expressos através de movimentos e lutas sociais em prol da supressão das necessidades socialmente produzidas, visando à cobertura

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

dos mesmos por parte do Estado. Tal observação auxilia-nos na compreensão dos direitos socialmente conquistados, bem como clarificar os elementos presentes no transcurso histórico-social que apresentam a relação desses com a formação espacial.

Por conseguinte, no que concerne esse transcurso que culminou na criação dos direitos sociais e a sua referida associação com as evoluções espaciais na sociedade capitalista, não deixemos de pensar na queda das instituições feudais e a reorganização espacial que resultou na formação do capitalismo, em que se estabeleceram novas formas de divisão territorial e social do trabalho. Período no qual ocorreram intensas desapropriações e expulsões de camponeses de suas propriedades, originando um grande número de indigentes nas cidades.

O Estado burguês, por sua vez, restringia-se a atender irrestritamente os desmandes do capital, suas funções mantinham um caráter punitivo e repressivo, visando manter a ordem social e conter os taxados de vagabundos. Caracteriza-se assim, grandes embates e conflitos populares, envolvendo “questões agrárias e a posse de terra” e também as igualdades de acesso, dado que, as “desigualdades da riqueza nas cidades mercantis tornaram-se cada vez mais visíveis” (Soja, 1993, p. 213).

Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, em decorrência de mudanças de ordem política e econômica, com a Revolução Industrial, o capitalismo instala-se na fase concorrencial, num significativo processo de urbanização. No período descrito, a latente busca pelo lucro capitalista ressoava na extrema penúria da classe trabalhadora, tendo no seu cume uma ideologia liberal que compreendia a pobreza como algo natural, ligada à moral humana e até mesmo fonte de equilíbrio da economia. Portanto, concebida como algo inerente à sociedade capitalista e à circulação do mercado.

De tal modo, as responsabilidades assumidas pelo Estado e sua intervenção social eram significativamente restritas, pois partia-se da concepção liberal que o mesmo deveria agir de forma paliativa voltando suas ações sempre para a já mencionada manutenção da propriedade privada e da ordem pública. Seus esforços eram assim, direcionados ao estímulo à economia e a atenção para que os indivíduos se dedicassem diretamente ao ato laborativo (trabalho).

Entretanto, deve-se destacar que foi um período de grandes lutas do proletariado devido à exploração abusiva do trabalho que contribuiu para o fortalecimento do processo de materialização da classe trabalhadora e das lutas revolucionárias, por meio do apoio e direcionamento dos sindicatos e partidos socialistas/trabalhistas da época, conduzindo-os rumo à luta por direitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em seguida, nos últimos anos do século XIX, teremos o capitalismo em seu estágio monopolista, também designado por imperialismo, no qual o capital financeiro será de extrema importância. Ocorreu a consolidação dos monopólios: grupos capitalistas que controlavam (e controlam) a economia nacional e ramos industriais inteiros, bem como que, o aumento dos trabalhadores considerados como supérfluos para o capital. O Estado passa a assegurar condições mínimas para a conservação da força de trabalho, seja ela ocupada ou não, reconhecendo-os como alvo de suas intervenções, em caráter de obrigatoriedade (vias políticas públicas). Para tanto, é oportuno destacar que a conquista desses direitos, quais sejam eles, não se deu de forma plena e muito menos harmoniosa, pelo contrário, foram perpassados por conflitos densos entre os trabalhadores, e o empresariado e Estado, tratados em sua maioria através da repressão policial.

Segundo Lefebvre (2008) o espaço não é algo compreendido de forma neutra, pois (re) produz as relações contraditórias presente na sociedade capitalista. Relações que, como destaca Soja (1993), são simultaneamente sociais e espaciais, apresentando assim a existência de uma *homologia espacial* “correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte com as contingências do conflito de classe e da transformação estrutural” (Idem, p. 99).

Logo, no que tange às reestruturações do capitalismo, podemos destacar o período atual, em que foram adotadas medidas de ordem econômica, “acumulação flexível” e ideopolítica, “ideário neoliberal”, incidindo significativamente na situação contemporânea. De tal modo, o regime capitalista buscou novos meios de produção que lhe assegurem a acumulação, nem que para garanti-la o mesmo tivesse que modificar não apenas o processo produtivo, como o próprio papel exercido pelo Estado. Vivencia-se na atualidade uma desresponsabilização estatal, associada à redução no investimento com os gastos sociais, em que os serviços do âmbito público passam a ser ofertados no âmbito privado e controlados pela lógica gerencial das empresas e dos respectivos prestadores de serviços.

A tudo isso se articula com as transformações no “mundo do trabalho”, como o “fechamento de fábricas, a introdução de novas tecnologias que economizam mão de obra, e de ataques mais diretos ao trabalho organizado (dessindicalização, recuos trabalhistas, restrições às negociações coletivas)” (Soja, 1993, p. 225-226), dentre outras situações, que irão afetar diretamente a classe trabalhadora e acirrar ainda mais os conflitos inerentes à dinâmica capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Harvey (2012) destaca que em uma sociedade regida pela ortodoxia neoliberal os recursos ambientais globais estão sendo cada vez mais destruídos em função do modo de produção capitalista. Além disso, destaca como elemento necessário na dinâmica capitalista o poder estatal que é usado para acelerar os processos de degradação. Assim, é nesse cenário que o Estado a serviço do grande capital gera uma "onda" de privatizações dos bens públicos e promove as desregulamentações dos estatutos trabalhistas e ambientais, dentre outros.

Nas palavras de Telles (2007) "trata-se aqui de novas conexões e de uma escala e redefinições inteiramente em fase com o mundo globalizado, que redesenham espaços e territórios urbanos nas trilhas de redes de subcontratação (...)" (Idem, p. 196). Assim, "crescem as fraturas sociais, a incerteza e o medo, facilitando a aceitação de intervenções urbanas que interrompem a malha viária, impedem a negociação de interesses e reduzem as trocas interclassistas nos espaços públicos" (Ribeiro, 2008, p. 30).

Verifica-se nesse processo a acumulação por espoliação conforme Harvey (2012) sinalizou. Havendo, portanto, a transformação dos direitos sociais em mercadoria. Dessa forma, tem sido nítida a perda de direitos sociais duramente conquistados pelas classes trabalhadoras e o acirramento *das expressões da Questão Social*².

Nessa direção, Ribeiro (2008) considera que os direitos sociais foram substituídos por políticas sociais executadas em programas/projetos cuja lógica é estritamente administrativa privada e os sujeitos sociais tornaram-se clientes das ações governamentais. Logo, pode-se compreender segundo Kowarick (1993) que o modo de produção capitalista "organiza-se não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado".

Em relação a produção do espaço na realidade brasileira, cabe destacar que sempre esteve estruturada em um desenvolvimento social e econômico a serviço da acumulação capitalista. O que fundamentou uma formação geograficamente desigual perpassada por ações tendenciosamente hierarquizadas e monopólicas. As características da produção do espaço no caso brasileiro foram se atualizando no âmbito ideológico e material e, se mantém na cena contemporânea.

² "A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (...) esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais" (Iamamoto, 200, p. 66, grifos da autora).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ademais, a produção do espaço é perpassada pelos respectivos: direcionamento do Estado, atualmente neoliberal, a configuração dos direitos sociais, o sucateamento das políticas sociais, a privatização dos serviços, os precários vínculos empregatícios, o desemprego estrutural, a desigualdade social, o crescimento da violência, as reivindicações coletivas, dentre outros fatores. Atributos que eclodem no plano institucional da apropriação do espaço, por sua vez, regidos pela lógica mercadológica e perversa do grande capital.

Além desta introdução, o presente ensaio está dividido em três seções. A primeira resgata alguns aspectos sobre a produção do espaço na sociabilidade capitalista. A segunda seção investiga, não de forma detalhada, a produção do espaço na particularidade do capitalismo brasileiro. Por último, apresenta uma conclusão com um breve panorama das discussões que foram apresentadas ao longo deste artigo.

1. APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

De acordo com Lefebvre (2008), o espaço é um produto da sociedade historicamente construída, sendo compreendido enquanto elemento indissociável da mesma. Está relacionado diretamente às relações sociais de (re) produção, numa dinâmica a qual se apresenta formado por elas e ao mesmo tempo contido nelas. Assim, essa complexa categoria atravessa os espaços urbanos; educativos; de lazeres; da cotidianidade, dentre outros.

O autor aludido afirma que o espaço no cenário da sociedade capitalista serve para constituir-se em sistema, no qual obscurece as contradições inerentes ao capital e ao próprio espaço. Contradições que procedem do conteúdo prático e social do modo de produção capitalista. De tal modo, o espaço pode ser compreendido como “instrumento político intencionalmente manipulado”, um meio a partir do qual um indivíduo ou indivíduos fazem uso para representar seus próprios interesses ou os da sociedade (Idem, p. 44).

Neste aspecto, percebe-se que o espaço se configura enquanto uma arena de conflitos, entre o âmbito abstrato (conceitual) e o concreto (vivido). O espaço na sociabilidade capitalista reproduz as relações de classes como estratégia de dominação, sendo o lugar que abarca interesses divergentes de classes opostas, ou seja, possui seu lugar muito bem definido, não podendo ser concebido como elemento neutro. Portanto, “o espaço em si pode ser

primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e das experiências sociais” (Soja, 1993, p. 101).

Isso significa, que é na trama da vida cotidiana que se materializa a divisão socioespacial do trabalho e as formas de exploração do modo de produção capitalista. É o espaço onde se redefine, embaralha e processa o cotidiano seja no campo, cidade, metrópole, bairro ou periferia, o que Lefebvre (2008) considerou como a "colonização da vida cotidiana" pela "sociedade burocrática do consumo dirigido".

Sociedade regida pela dinâmica produtiva cuja lógica central é baseada na propriedade privada dos meios de produção, que fomentou as formas de apropriação e expropriação do solo (por parte dos capitalistas), destituindo os trabalhadores de seus meios de produção e resignando-os apenas à venda de sua força de trabalho. Desse modo, o processo que separa esse produtor de seus meios de produção e apropria-se do que ele criou, estabelece as condições necessárias para acumulação capitalista.

Por conseguinte, o espaço não seria uma representação inocente, mas um transmissor das normas e valores da sociedade burguesa, classe que possui domínio direto sobre o mesmo, por dispor da já mencionada propriedade do solo, assim como do favoritismo presente nas ações do Estado. Com isso, a dinâmica capitalista se apropria, valoriza e comercializa o espaço numa lógica explicitamente mercadológica.

Soja (1993), a partir da obra de Lefebvre, afirma que a sobrevivência da sociabilidade regida pelos ditames capitalistas depende da produção do espaço. Pode-se ressaltar então, que os países regidos pelo capitalismo passaram ao longo de seu transcurso histórico por uma divisão territorial, que estava, sobretudo, voltada à funcionalidade da produção. Proporcionando assim, divisões desiguais como: as grandes propriedades dos burgueses, tido por latifúndios; as pequenas propriedades; os espaços vazios e a crescente massa de trabalhadores destituídos de qualquer pedaço que pudessem chamar de propriedade.

Observa-se que, a estrutura espacial possui “suas raízes na relação de produção e de classe” (Soja, 1993, p. 106). Logo, como destaca Soja (1993), as evoluções da estrutura espacial da sociedade capitalista têm sido continuamente precedidas da recessão de uma longa fase de crescimento econômico, seguida de uma reformulação no seu modo de produção. O que gera “uma expressiva recontextualização da espacialidade da vida social” (Idem, p. 210). Um desenvolvimento sequencial de reestruturações “que não apagam o passado nem destroem as condições estruturais profundas das relações sociais e espaciais capitalistas” (Idem, p. 206).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ainda utilizando-se da obra de Lefebvre, Soja (1993) considera que a própria sobrevivência do capitalismo, baseia-se na criação de uma espacialidade mais abrangente, instrumental e socialmente mistificada, oculta a partir de uma camada espessa de ilusão e ideologia. Dessa maneira, o que distinguiria essa típica formação espacial capitalista das espacialidades precedentes seria: "sua produção e reprodução peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, fragmentação e a hierarquização" (Idem, p. 65).

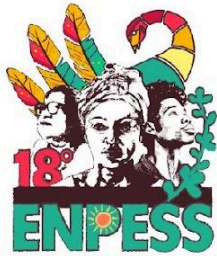
Logo, segundo Soja (1993 p. 65) verifica-se na sociedade capitalista uma "diferencialização entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana". Nas palavras de Sposito (2006), a diferencialização social é uma das características que acompanha o processo de urbanização desde o aparecimento das primeiras cidades, não compreendendo apenas aspectos relativos à faixa etária ou sexual, advindo juntamente com o estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder.

Na mesma obra a autora supracitada sinaliza que a diferencialização não é característica apenas da cidade, mas também é um atributo do campo. Dessa forma, percebe-se a relação interligada do campo e cidade, "da unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético, podendo-se adotar, por conseguinte, a expressão cidade □□campo (cidade em suas relações com o campo)" (Idem, p. 115).

Neste sentido, Sposito (2006) infere que não existe diferencialização social sem divisão social e territorial do trabalho, sendo na última, que se estabelece de forma mais rudimentar o elo entre a cidade e o campo. Portanto, na divisão social e territorial do trabalho estabelece-se uma latente divisão que também é envolvida por uma relação de complementaridade.

Destarte, o aspecto da diferencialização social é fundamental na compreensão das relações entre cidade e o campo. Tal aspecto imprime nessas relações as formas de produção e apropriação do espaço e a existência de conflitos, como também expressa as contradições de uma sociedade de classes (Sposito, 2006).

Como foi exposto, o espaço é um elemento usado para constituir e assegurar o sistema capitalista tanto como uma maneira de atingir seus lucros imediatos quanto no sentido de influenciar na formação de processos ideológicos. De tal modo, quando refletimos acerca de direitos sociais devemos estar atentos a essa conformação do espaço e a influência que o mesmo exerce sobre as demais dimensões. Estamos nos referindo, aos desdobramentos advindos desse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sistema, expresso nas mais variadas formas de penúrias e desigualdades, que envolvem desde o acesso a bens e serviços como também sua escassez.

2. APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Para caracterizar a produção do espaço na sociedade capitalista, especificamente, o caso brasileiro na contemporaneidade, foi necessária a abordagem inicial que remeteu a discussão de espaço como uma categoria fundamental, para além da análise imediata e estática da realidade, passando a compreendê-lo enquanto um elemento constitutivo das relações sociais.

Logo, para fazer uma leitura crítica da situação nacional compete considerar certas peculiaridades presentes na formação social brasileira, a saber: a questão agrária como manifestação da Questão Social³, as relações de trabalho⁴, o papel do Estado⁵, as características históricas do capitalismo brasileiro ⁶em meio à complexidade da sociabilidade do capital. Contudo, tendo em vista o tema ora proposto não pretendemos aqui realizar um debate teórico aprofundado das categorias elencadas, mas contribuir para uma reflexão, ainda que concisa, dessa produção espacial no cenário brasileiro.

Por conseguinte, segundo Prado Júnior (2006), o sistema econômico brasileiro emergiu sob as bases da grande propriedade agrária, voltada para produção de matérias-primas e gêneros tropicais destinados ao comércio exterior. Dessa maneira, Oliveira (1982) expõe que desde a época da expansão do mercantilismo, o sistema produtivo brasileiro se insere na divisão internacional do trabalho a partir das relações do campo.

Todavia, o campo nunca teve o controle do Estado no país devido ao caráter agroexportador da economia. Com isso, as cidades foram sendo construídas conforme o padrão litorâneo para dinamizar a exportação dos produtos primários e também devido à divisão social do

³ De acordo com Prado Júnior (2006, p. 334), a estrutura agrária do Brasil, é o principal elemento responsável pelo baixo nível e padrão econômico dos brasileiros, como também das insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país.

⁴ Prado Júnior (2006, p. 228) destaca como fator importante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o papel dos imigrantes europeus, o que possibilitou a melhoria das "condições da exploração agrária em confronto com o que se dava com o emprego do escravo".

⁵ Oliveira (1982) afirma que as relações do Estado com urbano no modo de produção capitalista podem ser compreendidas através da divisão social do trabalho na relação entre cidade e campo. Observam-se mais investimentos estatais nas cidades no ramo industrial. Já o campo com a produção agroexportadora foi penalizado. Assim, o Estado passa a regular as relações entre capital e trabalho.

⁶ Conforme Prado Júnior (2006, p. 265), a acumulação capitalista no Brasil tem características individuais e é bem restrita. Essa acumulação se originou dos próprios lucros diretos via indústria e comércio e está condicionada pelo caráter particular de seus detentores.

trabalho. Daí fica claro o importante papel das cidades como fio condutor da circulação internacional das mercadorias.

Posteriormente, o Brasil passa pelo processo de industrialização em concomitância com o fenômeno da urbanização e o acirramento da pobreza. Tal processo veio somado à intensificação da exploração da força de trabalho e à dependência financeira dos empreendimentos do grande capital estrangeiro (Prado Júnior 2006). Traços que permanecem até os dias atuais.

Na sequência, o autor aludido assinala que o ajustamento do Brasil ao imperialismo proporcionou a exploração da mais-valia do trabalho brasileiro, como também da riqueza nacional em proveito do próprio imperialismo. Dessa forma, a intervenção totalitária do imperialismo fez o país se tornar subordinado aos interesses do capital estrangeiro. Em termos gerais, a economia brasileira não obteve avanços significativos, pois não priorizava os interesses sociais de sua população. Portanto, o Brasil serviu e (ainda serve) como "massa inerte de manobra" para elevar os lucros da acumulação capitalista.

Kowarick (1993) ao se referir sobre ação do Estado nas relações sociais de produção, destaca a criação de infraestrutura como suporte para a expansão industrial, a forte participação no financiamento das empresas e a criação dos bens de consumo coletivo necessários à reprodução da força de trabalho. Ademais, o Estado passa a assumir um viés autoritário e repressor visando assegurar a "ordem social" a benefício do modo de produção capitalista. Neste aspecto, observa-se o controle e a contenção dos movimentos reivindicativos, fato presente na realidade atual do país.

Cardoso (2012) sublinha que para compreender a dinâmica "espaço-temporal" nas sociedades capitalistas periféricas, como é o caso do Brasil, é preciso se ater às características da "articulação entre manutenção da estrutura fundiária e das práticas agrárias e o desenvolvimento da industrialização e da urbanização (...), como testemunha o processo de modernização conservadora da sociedade brasileira" (Idem, p. 34).

Outro aspecto mencionado pela autora supracitada, diz respeito ao processo dialético na forma-conteúdo do urbano que transcende tanto a realidade das cidades, quanto as do campo. Tal processo faz parte das relações da cidade-campo e se apresenta sem as anular, recriando-as, subordinando-as à relação urbano-rural.

Desta forma, percebe-se que o desenvolvimento das periferias se estabelece muitas das vezes em áreas de transição demarcadas pela expansão do urbano sobre o campo. Nesse sentido, as relações cidade-campo e centro-periferia são redefinidas, segregadas e dispersas em

função da subordinação à dinâmica urbana do modo de produção capitalista. Entretanto, é preciso reconhecer que tais atributos se materializam no plano da vida cotidiana e se produzem e reproduzem configurando o modo de utilização do território (Cardoso, 2012).

Santos e Silveira (2001) destacam três grandes períodos da história territorial brasileira: o primeiro tem duração até a Segunda Guerra Mundial, é anterior à unificação do território e do mercado. O segundo refere-se ao Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro diz respeito ao processo de globalização que é vigente até a atualidade.

Harvey (2012) em sua obra relata que "toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem que passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais (...)" (Idem, p. 127). Nesse sentido, as transformações societárias a partir dos anos de 1990⁷ vêm alterando o cenário urbano brasileiro e as relações da cidade-campo.

Assim, a conformação do urbano e "as formas de uso da cidade revelam modos de reprodução da vida, através dos modos de apropriação do espaço". A reprodução da vida social envolve a moradia, a escola, o lazer, o trabalho, saneamento básico, acesso à tecnologia, às políticas públicas etc. Portanto, esse modo de organização da vida cotidiana se situa na dinâmica de produção e reprodução do espaço (Cardoso, 2012, p. 46-47).

É necessário destacar na atualidade, que com advento do agronegócio o campo está em pleno desenvolvimento dentro da lógica do capital internacional. Observam-se avanços tecnológicos com esse modelo, mas também retrocessos como a conservação da exploração da força de trabalho, a internacionalização das terras brasileiras e a dependência extra econômica.

No que tange a produção de habitações Kowarick (1993) ressalta que esse processo conta com a atuação de vários agentes, principalmente, os comerciais e os financeiros que por sua vez, exercem o controle sobre a terra urbana, estipulam o preço do solo no circuito do mercado. Logo, percebe-se que as atividades econômicas que advém do setor habitacional estão sendo

⁷ Há que se destacar que houve diversas transformações na realidade brasileira. Como exemplo disso, observam-se de um lado os avanços democráticos da Constituição de 1988 que foi fruto de lutas sociais. Por outro lado, o surgimento do neoliberalismo com sua política de privatização serviu como "instrumento" de ajuste dos países periféricos às exigências dos organismos capitalistas internacionais a partir dos anos de 1990. O Estado subordinado aos interesses econômicos do grande capital aderiu ao ajuste neoliberal em suas ações, gerando o enxugamento dos investimentos na área social. E, as classes subalternas foram as mais atingidas principalmente em relação aos seus direitos que estão até hoje sendo redefinidos e extinguidos.

direcionadas em conformidade com a dinâmica do capital financeiro imobiliário em várias regiões do Brasil.

Segundo a exposição de Maricato (2016)⁸, a segregação social é um elemento "necessário para o mercado imobiliário altamente especulativo. O mix de renda ajuda a controlar e equilibrar o preço do solo. A segregação leva à explosão do preço do solo, portanto da renda imobiliária, da valorização imobiliária que faz a riqueza de muitos capitais". Além disso, compreende-se que a "segregação social tem suas raízes na própria formação social brasileira, decorrente das relações sociais fundamentalmente estabelecidas no trabalho e no espaço de moradia" (Gomes, 2005, p.178).

Com isso, verifica-se o crescimento da pobreza, do desemprego, das condições precárias de trabalho, da violência, dentre outros. Desse modo, esses processos acontecem em situações de tempo e espaço, nas relações cidade-campo e isso tem haver com as dimensões estruturantes que atravessam a vida cotidiana dos sujeitos sociais (Telles, 2007).

Nos lugares mais pauperizados onde as classes subalternas tendem a residir observa-se a latente segregação espacial, com a presença do pouco investimento público quanto à infraestrutura material. Já onde se concentra a burguesia observa-se um espaço mais equipado. Torna-se evidente a diferencialização social no espaço. Ocorrem ainda, casos de remoção das famílias situadas em áreas de interesses dos empreendimentos capitalistas, bem como que, a apropriação do espaço se mostra "misturada" entre as classes sociais devido à especulação do capital imobiliário, comercial, financeiro, e os programas habitacionais do Estado.

O direito relativo à moradia deve ser entendido como um elemento fundamental para uma vida digna, que compõe o acesso não só a infraestrutura, mas as oportunidades de desenvolvimento humano; econômico; político; saúde; trabalho; dentre outros. Compreende-se que o território remete ao fator de pertencimento, de identidade, de construção das relações e resistências.

Contudo, no Brasil, país periférico das relações capitalistas, as políticas voltadas para a questão urbana e habitacional sempre tendem ao fortalecimento dos interesses da reprodução do capital. Tais políticas, fomentaram o crescimento e perpetuação de seus lucros através da expansão de investimentos e a implementação das mesmas e a criação de programas.

Uma dinâmica na qual o bônus em qualquer circunstância teria de ir para seus cofres e o ônus para a massa trabalhadora. No Brasil, como afirma Maricato (2016), as forças que controlam

⁸ Vide referências bibliográficas.

e dominam a cidade não são explicitamente conhecidas, a mesma é tida por uma mercadoria da qual certos capitais se valem para terem sua margem de lucro. Portanto, fenômenos como a segregação espacial torna-se uma ferramenta significativa para o capital especulativo, porque envolve a exploração do solo, a valorização imobiliária que fomenta a riqueza de muitos capitais. É nessa dinâmica que o “capital financeiro, capital imobiliário, a incorporação imobiliária, o capital de construção pesada, o capital de construção de edificações e o proprietário” são os principais atores a explorar a cidade (Maricato, 2016).

Conforme sinalizou Cardoso (2012), o déficit habitacional do país interliga-se diretamente ao “padrão desigual, espoliador e conservador do processo de modernização da sociedade brasileira e de seu desenvolvimento capitalista” (Idem, p. 41), em que suas formas de enfrentamento devem ir além do planejamento de procedimentos regulatórios e urbanísticos, sendo necessário “que o direito à cidade ocupe a esfera pública de debate e deliberação como questão pertinente a vida urbana” (Idem, p. 41).

Dessa forma, pode-se inferir que precisam ser criadas esferas públicas, a partir das quais a sociedade busque meios de um rompimento com a ordem das coisas, pois sem este espaço de participação popular os marcos legais de regulamentação da política urbana têm grande chance de não se cumprirem. A indicação dessa situação pode ser constatada “quando o movimento dos sem-teto irrompe a cena pública das cidades e demonstra os limites reais da forma burguesa do direito, no caso, do direito à moradia, ao afirmar que “se morar é um direito, ocupar é um dever” (Cardoso, 2012, p. 41). Na sociabilidade do capital, têm-se restritos investimentos em direitos atinentes à moradia, o que prevalece é a lógica da exploração do solo, a valorização imobiliária, o controle da cidade e a obtenção de lucro por compreendê-la enquanto uma mercadoria.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, pode ser observado que a produção do espaço na sociabilidade capitalista está para além de uma breve análise da realidade social. Trata-se algo dinâmico, complexo, repleto de emaranhados, direcionamentos e significados. Ainda que, regido pela ideologia capitalista remete-se ao cotidiano dos sujeitos sociais, a construção de valores, ideias e a sua própria identidade. Portanto, ao analisar tal produção não podemos nos ater apenas ao aspecto imediato da realidade, uma vez que, o espaço é onde se manifesta as formas de viver desses sujeitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Logo, no que concerne aos dias atuais, revela-se uma intensa polarização entre a constante produção de riqueza e em contrapartida a produção de desigualdades, numa realidade a qual “a aceleração das transações financeira é o melhor exemplo desse planeta que diminuiu de dimensões físicas, ao mesmo tempo que fica mais denso no seu quadro de relações” (Moreira, 2007, p. 96).

Deste modo, a desigualdade social apresenta-se visivelmente nos espaços segregados das cidades brasileiras, onde a população empobrecida por serem desprovidos de condições financeiras de acesso a terra e a mercê da própria sorte instalam-se em áreas de assentamentos precários, propícias a deslizamentos, inundações e desastres ambientais, sem infraestrutura e serviços públicos. Em meio a um cenário que escancara a realidade das cidades brasileiras, os sujeitos sociais passam pelo assédio moral, pela repressão policial e também pela negligência do poder público. Ainda prevalece no Brasil a presença de valores como o patrimonialismo, o coronelismo, o clientelismo, o nepotismo, dentre outros.

Como afirma Cardoso (2012), o descumprimento por parte do próprio Estado de normas que lhe são exigidas frente a reguladores da política urbana, demonstra “a fragilidade histórica de nossa tradição democrática de controle e participação social e também a tradição patrimonialista de gestão da coisa pública” (Idem, p. 41).

Ainda assim, é possível reconhecer os avanços e limites das políticas habitacionais ao longo do desenvolvimento urbano no país, analisando concomitantemente o papel exercido pelo Estado durante esse processo, enquanto um mediador das relações entre capital e trabalho na dinâmica capitalista. Com o avanço do neoliberalismo, as intervenções do Estado via criação de marcos regulatórios, políticas, programas e projetos, até o presente momento, estiveram direcionadas “aos negócios da burguesia” e também a atenuar os embates das classes.

No entanto, podemos enfrentar e resistir para que nossos direitos sejam garantidos a partir da organização da luta política da classe trabalhadora. Compete dessa maneira, destacar o papel das lutas de classe pelo direito à cidade, pois é na organização do espaço que se podem construir possibilidades de superação. Embora o cotidiano da vida dos sujeitos seja atravessado pelos limites da dominação capitalista, também apresenta potencialidades de resistência que se constituem no interior da sociedade por meio da compreensão e da ação dos mesmos. Ou seja, o espaço é fundamental tanto no estabelecimento da lógica capitalista quanto na busca por direitos sociais, num paradoxo que aponta para possibilidades cotidianas ao enfrentamento do sistema capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, G. **A Condição de Proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. São Paulo: Editora Práxis, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARDOSO, I. C. C. Cidade Capitalista e Política Urbana no Brasil do século XXI; como pensar a realidade periurbana? In: **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F (Org). Belém: Ed. UFPA, 2012, p. 29-52.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2012. 6ª ed. p. 115-149.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

KOVARICK, L. **Autoconstrução de moradias e espoliação urbana**. In: A Espoliação Urbana. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993. 2ª ed. p. 55-74.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política: espaço**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARICATO, E. **Cidade é luta de classes! Revelando as ligações entre urbanização e luta de classes, a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato explica por que é urgente combater o "analfabetismo urbanístico" hoje**. In: TV Boitempo. Publicado em 11 de jan de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU>. Data de acesso: 03/06/2024.

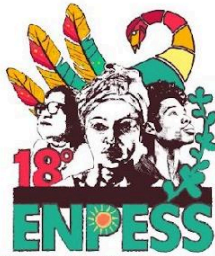
MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, F. **O Estado e o Urbano**. In: Espaço e Debates. 1982. 6, p. 36-54.

PRADO JÚNIOR, C. **A República Burguesa (1889-1930)**. In: PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006. 47ªed. p. 207-283; 285-342.

RIBEIRO, A. C. T. **Cidade e Capitalismo periférico: em direção à experiência popular**. In: Dossiê: resistências populares na cidade. Revista Margem Esquerda. n. 12 nov. 2008. p. 25-31.

SANTOS, M. [et al]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. O dinheiro e o território. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

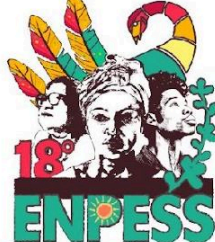
SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 5ª ed. Cap. XII. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOBARZO, O. **O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre.** In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2ª ed. São Paulo: Popular, 2010.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade e campo: perspectivas a partir da cidade.** In: Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M (Org). São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

TELLES, V. S. **Transitando na linha da sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa).** In: A Era da indeterminação. OLIVEIRA, F; RIZEZ, C. S. (Org). São Paulo: Ed. Boitempo, 2007. p.195-218.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**